

Fome em Áreas Protegidas na Amazônia: O caso do Parque Estadual Monte Alegre – PA

Avance de investigación en curso.

GT 15: Medio ambiente, sociedad y desarrollo sustentable

Izabel Ibiapina

Resumo:

O objetivo do trabalho é analisar os impactos da criação de uma unidade de conservação (UC) sobre a produção e o consumo de alimentos das populações locais. Pretende-se, sobretudo, trazer contribuições para o estudo do fenômeno da fome em áreas protegidas na Amazônia. Para atingir tal objetivo, foi selecionado o estudo de caso do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), Pará. Criado em 2001, o PEMA apresenta, além da beleza cênica, aspectos arqueológicos que justificaram sua criação. No entanto, a criação do Parque desencadeou vários de problemas para comunidades ribeirinhas situadas no interior e no entorno da UC. O trabalho baseia-se em dados coletados pela pesquisadora durante trabalho de campo desenvolvido no Pará, em agosto e setembro de 2011.

Palavras-chave: áreas protegidas, fome, Amazônia.

INTRODUÇÃO

Faz mais de um quarto de século que o meio ambiente irrompeu no imaginário da sociedade ocidental. Nunca as pessoas se preocuparam tanto como agora com as questões que dizem respeito às relações entre seres humanos e natureza. O agravamento da degradação dos ecossistemas naturais, os extensos incêndios florestais, a contaminação do ar e da água nas cidades, o crescimento do buraco da camada de ozônio – só para mencionar alguns dos problemas ambientais – colocaram as questões do meio ambiente no primeiro plano das preocupações tanto dos estadistas quanto dos seus concidadãos (LE PRESTRE, 2005).

A criação de áreas protegidas foi e ainda é apresentada como parte da solução para os problemas ambientais. A ideia de proteger a natureza, proibindo atividades humanas em determinadas porções de território, nasceu nos Estados Unidos, em 1872, quando foi criado Yellowstone, o primeiro parque nacional do país. A partir de então, o conceito de ecossistemas naturais livres da intervenção humana generalizou-se progressivamente pelo Brasil e pelo mundo.

Inicialmente, pensou-se que bastaria subtrair um território a qualquer influência humana para conseguir convertê-lo em um “paraíso de plantas e animais” (DORST, 1973). No entanto, rapidamente o modelo estadunidense de áreas protegidas mostrou-se problemático. Em geral, as áreas consideradas *isoladas* ou *selvagens* abrigam populações humanas, as quais – como decorrência do modelo adotado – devem ser retiradas de suas terras, transformadas em unidades de conservação (UC). Estas áreas são criadas com diferentes objetivos: equilíbrio ecossistêmico, benefício das populações urbanas (turismo ecológico) e/ou das gerações futuras, pesquisa científica etc. Porém, dificilmente os objetivos da UC incluem as populações locais.

As necessidades das comunidades locais em relação à exploração dos recursos naturais existentes no território raramente são reconhecidas pelos gestores das UCs. Em vez disso, ocorre a “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural das

comunidades (ARRUDA, 2000). A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta, a feitura das roças, a criação de galinhas, porcos e gado, tudo isso é transformado, após a criação da UC, em crime.

O foco deste estudo são as áreas de proteção integral na Amazônia brasileira. Estas admitem apenas o uso indireto dos atributos naturais, isto é, não admite consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. A criação de UCs de proteção integral no Brasil gera um conjunto de consequências indesejáveis, tais como: (1) expulsão e/ou confinamento das populações locais em pequenas áreas; (2) conflitos entre populações locais e instituições gestoras da UC; (3) restrições ao uso dos recursos naturais, o que gera restrições alimentares nas populações.

O objetivo deste trabalho é analisar os impactos da criação de uma UC de proteção integral sobre a produção e o consumo de alimentos das populações locais. Pretende-se, sobretudo, trazer contribuições para o estudo do fenômeno da fome em áreas protegidas na Amazônia. Para atingir tal objetivo, foi selecionado o estudo de caso do Parque¹ Estadual Monte Alegre (PEMA) – Pará. Criado em novembro de 2001, o PEMA apresenta, além da beleza cênica, aspectos geomorfológicos e arqueológicos que justificaram sua criação. No entanto, a criação do Parque desencadeou uma série de problemas para comunidades ribeirinhas situadas no interior (Lages) e no entorno (Paituna e Santana) da UC².

O trabalho baseia-se nos dados coletados pela pesquisadora durante trabalho de campo desenvolvido no Pará. Com auxílio de bolsa concedida pela Reitoria da Universidade de Brasília, foi realizada uma viagem a Belém (PA), Santarém (PA) e Monte Alegre (PA), entre os dias 7 de agosto de 2011 e 6 de setembro de 2011. Foram aplicadas entrevistas estruturadas em Lages, Paituna e Santana. Na Amazônia, o difícil acesso às famílias dificulta a realização da pesquisa de campo. Por isso, as famílias entrevistadas foram selecionadas principalmente pelo critério de acessibilidade. Buscou-se também visitar o máximo de estabelecimentos possíveis evitando fatores de aglomeração que poderiam comprometer o estudo.

Para melhor entendimento da questão proposta, faz-se, primeiramente, uma revisão bibliográfica do fenômeno da fome. Sem pretender esgotar as discussões conceituais, nem abdicar do rigor científico, é apresentada aqui uma breve incursão nos debates sobre o tema da fome. Em seguida, são apresentados os dados coletados em campo.

1. FOME COMO TABU

O assunto deste trabalho é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constitui num dos tabus da sociedade ocidental (CASTRO, 2011). É realmente chocante o fato de que, num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de se escrever e de se publicar, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome. De acordo com Castro (2011), trata-se de um silêncio premeditado: “foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente” (CASTRO, 2011: 11).

O fundamento moral que deu origem a esta interdição baseia-se no fato de que o fenômeno da fome é um instinto primário e, por isso, uma cultura racionalista como a nossa, que procura por todos os meios impor o predomínio da razão sobre o dos instintos na conduta humana, dificilmente se dedicaria substancialmente a essa temática. Ao lado dos fundamentos morais, os interesses econômicos

¹ De acordo com a Lei nº 9.985/2000 (Lei do SNUC), os parques têm a função de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

² A área do Parque Estadual Monte Alegre foi reduzida pela Lei nº 7.692 de 3 de jan. de 2013, excluindo a comunidade de Lages e outras propriedades, passando para a APA Paytuna, unidade de conservação de uso sustentável.

das minorias também trabalham para esconder o fenômeno da fome do panorama moderno (CASTRO, 2011). Castro (2011) acrescenta que a própria ciência, envaidecida por suas conquistas materiais no domínio da natureza, se sentiria humilhada ao assumir abertamente o seu fracasso em melhorar as condições de vida humana no planeta. Evidencia-se, assim, que o fenômeno da fome é um verdadeiro tabu em nossa sociedade.

Convém mencionar que um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside no pouco conhecimento que se tem do tema. Faz-se necessário, portanto, intensificar e ampliar, cada vez mais, os estudos sobre a alimentação no mundo inteiro. O presente estudo visa a contribuir com as discussões científicas feitas sobre o assunto.

Além das poucas publicações sobre a fome, o tema é pouco falado, inclusive por aqueles que vivenciam situações de ausência/insuficiência de comida. Ao estudar o fenômeno da fome em um bairro popular da cidade de Salvador, Bahia, Freitas (2002) afirma que, como um tabu linguístico, a fome manifesta-se de maneira velada e passa a ser substituída por símbolos pelos entrevistados. Estes revelam os sentidos da fome com o recurso de metáforas e usam gestualidades no lugar da palavra. Não há uma negação da condição faminta, mas um distanciamento. “O sentido próprio do termo é tomado como um caráter de entidades, mas, em momento algum, há uma ausência do ator no palco. Permanece o sujeito a dialogar com seus objetos e a sentir a fome conforme suas crenças” (FREITAS, 2002: 64). O tabu linguístico é uma importante questão que deve ser levada em consideração por aqueles que se propõem a estudar o fenômeno da fome.

2. A COMPREENSÃO DA FOME

Desde seu início, a Antropologia mostrou interesse pela comida e pelos atos de conseguir o alimento, preparar a comida e comer. Os alimentos considerados proibidos ou interditos também foram objeto de observação e análise da disciplina. Dificilmente outro comportamento atrai tão rapidamente a nossa atenção como a maneira que outros povos se alimentam: o quê, onde, como e com que frequência comem, tudo isso chama muito a nossa atenção (MINTZ, 2001). No entanto, diferentemente de temas como o parentesco ou a religião, a comida – e mais ainda o fenômeno da fome – até recentemente ocupou um papel secundário nos estudos antropológicos (WOORTMANN, 2007). Apenas nas últimas décadas esse panorama mudou e a Antropologia da Alimentação adquiriu maior destaque.

Para a Antropologia, a fome e o comportamento alimentar relacionam-se com aspectos culturais. É a partir desta ideia básica que o trabalho inicia a discussão teórica sobre a fome. Nossas atitudes em relação à comida são aprendidas na infância. O comportamento alimentar revela a cultura em que cada um está inserido: nós crescemos em lugares específicos, cercados de pessoas com hábitos e crenças particulares. “Portanto, o que aprendemos sobre comida está inserido em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados” (MINTZ, 2001: 31).

Segundo Sahlins (2003), existe uma razão cultural em nossos hábitos alimentares. O autor ressalta que o consumo de alimentos relaciona-se a avaliações específicas de comestibilidade e não-comestibilidade, elas mesmas qualitativas e de maneira alguma justificáveis por vantagens biológicas, ecológicas ou econômicas. Tomemos o exemplo da série de animais domésticos da sociedade americana: bois-porcos-cavalos-cachorros. Todos estão integrados à sociedade americana, mas com *status* diferentes, os quais correspondem aos graus de comestibilidade.

A série é divisível, primeiro nas duas classes de comestíveis (bois-porcos) e não-comestíveis (cavalos-cachorros), e, dentro de cada classe, entre categorias de carne mais e menos preferidas (bovina *versus* suína) e categorias mais e menos rigorosas de tabu (cachorros *versus* cavalos). A diferenciação parece

estar na participação como sujeito ou objeto quando em companhia do homem (SAHLINS, 2003: 193-194).

Cachorros e cavalos participam da sociedade americana na condição de sujeitos. Tradicionalmente, os cavalos são utilizados para o trabalho e, portanto, têm uma relação servil com os homens. Já os cachorros são coabitantes domésticos e, por isso, têm uma relação mais próxima com o homem. Daí o consumo de cavalos ser ao menos concebível, embora não-generalizado, enquanto que a noção de comer cachorros evoca alguma repulsa semelhante ao tabu do incesto. Por sua vez, os porcos e bois geralmente têm *status* de objetos para os seres humanos, vivendo suas vidas a parte. Logo, as carnes bovinas e suínas são comestíveis, apesar de possuírem diferentes graus de prestígio social. Em suma, para a sociedade americana, a comestibilidade está inversamente relacionada com a humanidade (SAHLINS, 2003).

Sahlins (2003) mostra que o mesmo se aplica às preferências mais comuns das partes comestíveis do animal. Os americanos estabelecem uma distinção entre as partes internas e externas do animal. A parte externa do boi – mais valorizada socialmente – é designada (ou disfarçada) genericamente como “filé”. Já os órgãos internos são conhecidos como tal: “coração”, “língua”, “rins” etc. Segundo Sahlins (2003), o valor social do filé, comparado com o da língua, é o que estabelece a diferença em seu valor econômico. Do ponto de vista nutritivo, não podemos afirmar que o filé é melhor do que a língua. Além disso, o quilo do filé é mais caro do que o da língua, apesar de a oferta absoluta de filé ser muito maior do que a de língua. “Há muito mais filé em uma vaca do que língua”, explica Sahlins (2003: 196), mas mesmo assim o preço do primeiro é maior do que o preço do segundo. Observa-se, assim, que há uma lógica simbólica que organiza a demanda da sociedade americana por alimentos.

Após a exposição do trabalho de Sahlins (2003), podemos concluir que existe regras culturais e/ou simbólicas em nosso comportamento alimentar. As práticas alimentares são determinadas por padrões, regras e proibições culturais. Elas estão profundamente enraizadas em normas culturais. “A escolha de nossos alimentos diários está intimamente ligada a um complexo cultural. [...] O nosso *menu* está sujeito a fronteiras intransponíveis, riscadas pelo costume de milênios” (CASCUDO, 1983: 26-17).

O comportamento alimentar e a fome são entendidos aqui como *habitus*, conceito desenvolvido por Bourdieu. Para o autor, *habitus* é o sistema dos esquemas interiorizados que orienta os pensamentos, as percepções e as ações características de uma cultura. Bourdieu (1983: 73) afirma que “cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo: porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é produtor e do qual ele não possui o domínio consciente”.

Partindo da noção de *habitus* de Bourdieu, pode-se afirmar que o comportamento relativo à comida escapa, por essência, à consciência do indivíduo. O *habitus* orienta de maneira constante as nossas escolhas alimentares que, embora não sejam deliberadas, não deixam de ser sistemáticas. Seguindo o mesmo raciocínio, constata-se que cada grupo (ou cada cultura) define o que é fome, bem como o que é alimento e comida – visto que nem tudo o que comestível em termos nutricionais é socialmente concebido como tal. Uma pessoa pode considerar que está em situação de fome, mesmo ingerindo a quantidade de nutrientes suficientes segundo padrões estabelecidos por parâmetros biológicos (WOORTMANN, 2003). Portanto, observamos que a noção de fome não está ancorada unicamente na dimensão clínico-patológica. O fenômeno transcende a imagem corpórea da carência de alimentos e independe do peso corporal (FREITAS, 2002).

“A percepção da fome difere no tempo e no espaço” (WOORTMANN, 2007: 184). No Nordeste brasileiro, por exemplo, a fome, especialmente em situações de seca, pode significar ausência quase total de comida. Porém, pode também significar a imposição de consumo alimentar degradado, que não se confunde com consumo alimentar insuficiente em termos nutricionais. Na região Nordeste,

concebe-se como consumo degradado quando a família é obrigada a se alimentar com produtos socialmente designados para o consumo animal, como a palma. De maneira semelhante, os camponeses goianos consideram “passar fome” quando se veem obrigados a alimentar-se com o chamado “arroz vermelho”, uma variedade silvestre, que também se manifesta como praga em áreas cultivadas.

Entre os agricultores teuto-brasileiros, Woortmann (2007) explica que o termo *Hunger* (fome) refere-se a uma perceptiva qualitativa. Geralmente, essa noção está associada à ausência de alguns alimentos básicos, em especial à falta de alimentos classificados como *forte*, como o feijão ou a gordura. Contudo, a noção de *Hunger* também pode incluir uma dimensão quantitativa. Isto ocorre quando não há alimentos suficientes para saciar plenamente a fome da família.

E os ribeirinhos da região amazônica? O que eles consideram como fome? Para responder esta questão de forma mais precisa, seria necessário voltar a campo. Isto porque a pesquisa inicial não se dedicou exclusivamente ao fenômeno da fome. E a noção de fome deve ser estudada a partir de categorias nativas (ANDRADE, 2005). Portanto, a seguir são apresentados somente alguns indicativos sobre a fome vivenciada pelos ribeirinhos situados no interior e no entorno do Parque Estadual Monte Alegre, Pará. Primeiramente, destacar-se-á a importância da mandioca na alimentação nativa. Em seguida, será apresentado um estudo (ANDRADE, 2005) que trata da fome relacionada à ausência de farinha e, por fim, serão apresentadas informações coletadas durante a pesquisa de campo.

3. FOME DE FARINHA

A região amazônica representa, sob o ponto de vista ecológico, um tipo unitário de área alimentar muito bem caracterizado, tendo como alimento básico a farinha de mandioca. A mandioca é preparada na região por processos especiais que proporcionam ao produto maior riqueza em polvilho. Tal tipo de farinha, regionalmente conhecido como farinha d'água, constitui um complemento obrigatório de quase tudo o que se consome na região. O seu uso mais abundante ocorre sob a forma de farofa, mingaus, beijus e bebidas fermentadas (como o caium) (CASTRO, 2011).

A farinha de mandioca não é consumida pura. Na Amazônia, mistura-se a farinha a outros produtos: sejam da agricultura regional, sejam dos produtos florestais, frutos ou sementes da floresta tropical, sejam elementos da fauna regional, principalmente da fauna aquática. A farinha de mandioca, o pouco feijão e arroz produzidos na região ou importados de outras regiões do país, os peixes, os crustáceos, a carne e os ovos de tartaruga e tracajá, além de animais de caça, compõem a dieta local (CASTRO, 2011).

A farinha de mandioca é tão importante em algumas regiões brasileiras (especialmente no Norte e no Nordeste país) que a insuficiência, a falta ou a ausência dela pode ser caracterizada como fome pelos nativos. Ao estudar fome e pobreza nos grupos étnicos ameaçados de expropriações em Alcântara, Maranhão, Andrade (2005) revela que esses grupos não costumam ingerir alimentos sem o acompanhamento de farinha. Os alimentos, sejam peixes, carnes, frutas, são sempre acompanhados de farinha d'água. Sentir *fome de farinha* é a situação apontada pelos grupos étnicos como uma das experiências mais dolorosas. “A verdadeira fome, a mais triste, é a fome de farinha” (ANDRADE, 2005: 45).

De acordo com Andrade (2005), é comum, no Maranhão, ouvir trabalhadores rurais expressarem *vergonha* ao relatarem que precisaram comprar farinha. Comprar farinha, segundo os valores que orientam códigos de honra compartilhados por esses grupos, é uma situação que coloca o chefe de família em posição incômoda perante os demais, visto que é sua obrigação garantir, via trabalho agrícola familiar, o estoque suficiente da farinha para os membros da família.

Os temas levantados por Andrade são pertinentes. Transpondo suas ideias para o estudo de caso deste artigo, podemos nos perguntar: o que pensam as comunidades de Lages, Paituna e Santana sobre a compra de farinha? É um problema ou não? No momento, não é possível responder essas questões.

Como já foi dito, o significado da fome para os ribeirinhos do PEMA deverá ser investigado em próxima pesquisa de campo. Contudo, com os dados já disponíveis, podemos tirar algumas conclusões sobre o impacto do PEMA na produção e no consumo de alimentos das comunidades. Veremos a seguir.

4. ESTUDO DE CASO: PARQUE ESTUDAL MONTE ALEGRE

O Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), criado em novembro de 2001, encontra-se ao sul de Monte Alegre. Este município está localizado na porção noroeste do estado do Pará e se situa na margem esquerda do rio Amazonas. Pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas, Microrregião de Santarém (BRASIL, 2009). Monte Alegre ocupa uma área de 18.152,508 km² e faz fronteira com os municípios de Almeirim, Alenquer, Santarém e Prainha³ (ver figura 1).

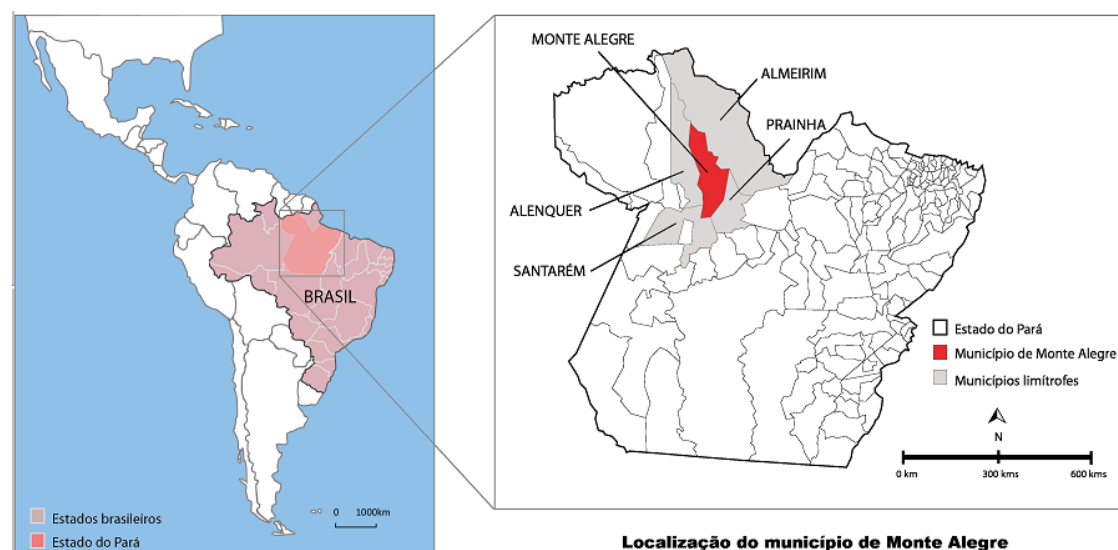


Figura 1. Localização do município de Monte Alegre.

Crédito: Stéphanie Nasuti (2012).

No âmbito da pesquisa, foram entrevistados 37 moradores de Lages, Paituna e Santana⁴. Deste total, 27 entrevistas foram realizadas na comunidade de Lages. A pesquisa se concentrou nesta comunidade por ela estar totalmente inserida no interior do PEMA e ser, portanto, a mais diretamente afetada pela restrição ao uso dos recursos naturais. Realizaram-se também 5 entrevistas em Paituna e 5 em Santana (ver figura 2). O objetivo foi comparar os resultados das três comunidades e observar possíveis especificidades de Lages (ver tabela 1).

Tabela 1. Percentual de famílias entrevistadas

Comunidade	População	Número de famílias	Famílias entrevistadas
PAE Paituna	486	129	37 (28,6%)
LAGES	151	35	27

³ Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em 11 de dezembro de 2011.

⁴ Buscou-se realizar entrevistas com o chefe de família. Nas casas em que ele não se encontrava, foram realizadas entrevistas com as pessoas que respondiam pelo estabelecimento na ausência do chefe.

			(77%)
PAITUNA	170	55	5
SANTANA	165	39	5

Fonte: Secretária de Saúde de Monte Alegre (SIAB/SESMA) – Agente de Saúde do PAE Paituna (Rosilda de Almeida Andrade).

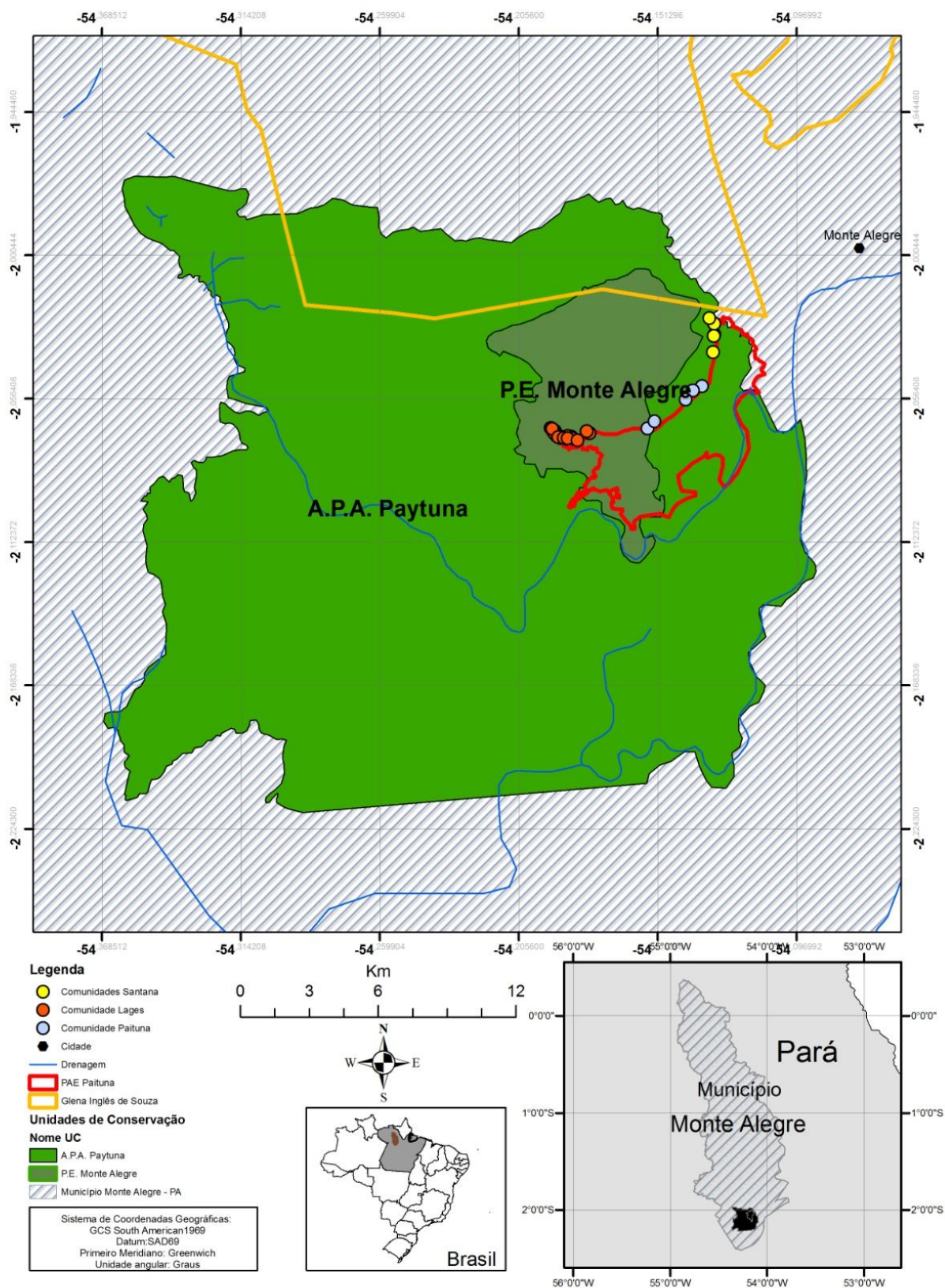


Figura 2. Localização das famílias de Lages, Paituna e Santana entrevistadas em 2011.

Crédito: Felipe Torres (2012)

4.1. Caracterização produtiva das Comunidades

Nas comunidades ribeirinhas de Lages, Paituna e Santana, a economia está assentada sobre atividades agrícolas, pecuárias e, notadamente, sobre a pesca: 70,2% dos entrevistados afirmaram que a atividade pesqueira é a principal fonte de renda da família. A pesca é uma atividade relevante tanto para a subsistência como para o comércio. Os peixes constituem o componente mais importante da alimentação das famílias da região.

Nas comunidades estudadas, a agricultura está direcionada principalmente para a subsistência, exceto o feijão que é vendido por algumas poucas famílias na cidade de Monte Alegre. A mandioca é um dos produtos mais plantados: 46% dos entrevistados a cultivam.

Tabela 2. Variedades de plantios (tipos de cultivos - entrevistados)

	Plantio de milho/arroz	Plantio de feijão	Plantio de mandioca	Plantio de hortaliças	Plantio de frutíferas
Sim	10	4	17	20	34
Não	27	32	20	15	3
NS/NR	0	1	0	2	0
Total	37	37	37	37	37

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

A presença do gado branco (de corte) nas comunidades é significativa: 54% dos entrevistados criam bovinos. Porém, trata-se de pequena criação de gado: 6,2 cabeças por família. Em geral, o gado representa uma forma de poupança para os moradores das comunidades visitadas. O rebanho é fruto de investimentos feitos a partir dos rendimentos obtidos com a pesca ou a agricultura. Boa parte das famílias visitadas também criam galinhas, porcos e patos, como demonstra a tabela 3. Essas criações são utilizadas principalmente para alimentação. Apenas pequena parte é vendida.

Tabela 3. Criação de animais – entrevistados

	Criação de bovinos	Criação de galinhas	Criação de porcos	Criação de patos
Sim	20	35	16	12
Não	17	2	21	25
Total	37	37	37	37

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

4.2. Impactos do PEMA sobre a produção e o consumo de alimentos

A criação de áreas protegidas de proteção integral traz restrições ao uso dos recursos naturais para as comunidades locais. Nesta seção, são apresentados os dados coletados em campo que dão indícios de que houve uma mudança significativa da produção e do consumo de alimentos após a criação do Parque.

A principal mudança ocorreu na produção agrícola: 78,4% dos entrevistados declararam que, após a criação do Parque, passaram a plantar menos gêneros alimentícios. A comunidade mais prejudicada foi Lages. Com a criação do Parque, muitas famílias deixaram de plantar feijão e mandioca no local. Anteriormente, o feijão era vendido na cidade e a renda gerada complementava o orçamento familiar. Além disso, a impossibilidade de plantar mandioca na área obrigou alguns chefes de família a comprar farinha (ou mandioca) e a trabalhar como meeiros em outras terras. Quando perguntados sobre o motivo pelo qual diminuíram o plantio, a maioria dos entrevistados se referiu às proibições impostas pelo Parque. No entanto, duas pessoas responderam que a diminuição da atividade agrícola se deu em função de invasões de porcos de propriedades vizinhas. Os porcos, por serem criados soltos, destroem as plantações.

Foram observadas também mudanças na atividade criatória: 35,1% dos entrevistados declararam que, após a criação do PEMA, passaram a ter uma criação de animais (bois, porcos, galinhas e patos) menor. A maioria dos entrevistados afirmou que a diminuição da criação de animais ocorreu em decorrência das proibições advindas com a criação do Parque. No entanto, três pessoas responderam que a diminuição da atividade criatória se deu em função: (1) de ter saído da região; (2) de ter ficado mais velho; (3) de ter ficado doente.

Quando perguntados sobre a influência do Parque sobre a pesca, apenas 20% dos entrevistados disseram que, após a criação do PEMA, passaram a pescar menos. De acordo com eles, a diminuição da atividade pesqueira está relacionada às proibições impostas pelo Parque, à exceção de um entrevistado, segundo o qual, a diminuição da pesca deveu-se à redução do número de peixes na região. Por fim, foram detectadas mudanças nos hábitos alimentares relacionados à caça: 43,2% dos entrevistados declararam que diminuíram o consumo de carne de caça em função do PEMA.

Além disso, há outra informação que leva a crer que as comunidades de Lages, Paituna e Santana estão em situação de fome: a pesquisadora ouviu relatos de galinhas que se bicavam em decorrência da fome.

CONCLUSÃO

A maior parte das áreas ainda preservadas do território Amazônico é habitada por populações indígenas ou por comunidades rurais, sejam elas caiçaras, ribeirinhas, seringueiras, quilombolas etc. Dessa maneira, a criação de unidades de conservação – UC na Amazônia, sobretudo as de proteção integral, gera inevitavelmente restrições à produção e ao consumo de alimentos das populações locais. Este artigo buscou trazer contribuições à discussão sobre o fenômeno da fome. Buscou-se analisar o impacto da criação de UCs sobre a alimentação das populações locais. Para isso, foi selecionado o estudo de caso do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA).

O estudo demonstrou que a criação do PEMA, ao restringir o uso dos recursos naturais, atingiu desfavoravelmente as atividades desenvolvidas pelas comunidades de Lages, Paituna e Santana. O estudo constatou mudanças significativas no modo de vida e na alimentação dos ribeirinhos. As alterações ocorreram, sobretudo, nas atividades agrícolas e criatórias.

Para concluir, cabe perguntar: como obrigar as populações ribeirinhas a abrir mão do uso dos recursos naturais (necessários para sua subsistência) em prol da preservação do meio ambiente? Em algum momento, a causa ambientalista considerou como natural impedir que certas populações usufruam de seu meio para promover atividades econômicas que gerem riquezas e melhorem suas condições de vida. Porém, sabe-se agora que não se trata de evitar que as populações que possuem

territórios ainda preservados disponham de seu meio para obter maior bem-estar. O que se deve fazer é evitar que cometam os mesmos erros daqueles que obtiveram riquezas à custa de danos irreversíveis à natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. P. Expropriação de Grupos Étnicos, Crise Ecológica e (In)segurança Alimentar: problematizando as noções de fome e pobreza. **Caderno Pós Ciências Sociais** – São Luís, v. 2, n. 4, jul./dez. 2005.

ARRUDA, R. S. V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. HUCITEC, NUPAUB-USP. São Paulo, 2000.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: Ortiz, Renato (org.). Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual Monte Alegre**. Belém, 2009.

CASCUDO, L. C. **História da Alimentação no Brasil**. 2 volumes. Ed. Itatiaia, 1983.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

DORST, J. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973.

FREITAS, M. C. S. Uma abordagem fenomenológica da fome. **Revista Nutrição**, Campinas, 15(1):53-69, jan./abr.,2002.

LES PRESTRE, F. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

MINTZ, S. W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – v. 16, nº 47, outubro, 2001.

SAHLINS, M. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2003.

WOORTMANN. Ellen Fensterseifer. Padrões Tradicionais e Modernização: Comida e Trabalho entre Camponeses Teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.